

# Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva<sup>1</sup>.

Costabeber, José Antônio<sup>2</sup>  
Moyano Estrada, Eduardo<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é oferecer um marco teórico para analisar o processo de introdução de estilos de agricultura mais sustentáveis, prestando especial atenção às formas de ação social coletiva como via para favorecer a transição agroecológica no âmbito da agricultura familiar. As análises tomam como referência básica pesquisa mais ampla que se centrou na evolução de experiências associativas de agricultura de base ecológica no Rio Grande do Sul (Brasil). A aplicação do modelo proposto permite concluir que a transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura de base ecológica não é um processo unilinear, mas sim de múltiplas dimensões. Além disso, a ação coletiva se converte de *conseqüência* à *motor* da transição agroecológica, apoiando a continuidade das mudanças em direção a estágios mais avançados de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

**Palavras-chave:** Transição agroecológica, ação coletiva, agricultura familiar, processo de mudança, ecologização, análise multidimensional, Rio Grande do Sul.

## 1. Introdução

O processo de ecologização da agricultura consiste na introdução de novas práticas, mais respeitosas com o ambiente, em sintonia com o novo paradigma da sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Dentro deste processo, a agricultura de base ecológica tem se convertido em uma via utilizada por agricultores familiares para fazer frente à exclusão econômica e social e à deterioração ambiental, utilizando-se distintas formas associativas. Neste trabalho, se analisa o papel do associativismo como uma das formas de ação coletiva utilizada por agricultores familiares para pôr em marcha projetos de agricultura ecológica. Tomando-se como referência empírica algumas experiências associativas de agricultura ecológica no Rio Grande do Sul (Costabeber, 1998), se conclui, em primeiro lugar, que o associativismo vem sendo utilizado por agricultores familiares para enfrentar problemas que surgem ao introduzir-se novas práticas agrícolas e de gestão de suas propriedades, problemas estes que não podem ser solucionados pela via da ação individual. Em segundo

---

<sup>1</sup> Versão simplificada do Capítulo V da Tese de Doutorado do primeiro autor.

<sup>2</sup> Eng. Agr., MSc., Dr., Extensionista Rural e Assessor Especial da EMATER/RS-ASCAR. Rua Botafogo, n° 1051. Bairro Menino Deus. CEP 90.150-053 – Porto Alegre (RS). E-mail costabeber@emater.tche.br

<sup>3</sup> Eng. Agr., Dr., Pesquisador e Vice-diretor do Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (IESAA-CSIC). Campo Santo de los Mártires, n° 7, CEP 14004 – Córdoba, España. E-mail emoyano@iesaa.csic.es

lugar, ademais de ser *resultado* do processo de ecologização, a ação coletiva se converte em *motor* de dito processo, já que graças a ela os agricultores familiares encontram condições de evoluir em direção à estágios mais avançados de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

## 2. Sobre a transição

O termo transição, em sua acepção semântica, pode designar simplesmente *a ação e efeito de passar de um modo de ser ou estar a outro distinto*. Isto implica, desde logo, a idéia mesma de *processo*, ou seja, um curso de ação mais ou menos rápido que se manifesta na realidade concreta a partir de uma intrincada e complexa configuração de causas –passadas, presentes ou futuras–, e que sempre há de provocar conseqüências e efeitos, previsíveis ou não, na nova situação que se estabelece. Fenômenos físico-naturais podem representar, por si mesmos, processos de transição, tais como são os câmbios climáticos em distintos períodos de tempo e em um dado contexto espacial. Isto não depende necessariamente da ação, da intenção ou da interação humanas; a observação de sua repetição cronológica e espacial, assim como a identificação de suas causas, pode aumentar os graus de previsibilidade de sua ocorrência, evolução e estado futuro.

No entanto, onde interferem processos sociais, costumam ocorrer externalidades na transição. Estas externalidades, fruto de complexas redes de relações e interações entre os atores sociais e entre estes e o meio ambiente, implicam novas e maiores dificuldades para a previsibilidade de seu desenvolvimento, evolução e estado final. Isto é, “não há regras predeterminadas que regem a evolução das sociedades em seu conjunto à margem das sociedades mesmas”. O que se pode observar, não obstante, são regularidades no fato de que sociedades concretas têm evoluído como conseqüência de estratégias desenvolvidas com base na consecução de seus interesses específicos. Com efeito, a transição –como processo de mudança social– pode ser entendida como o resultado de estratégias mais ou menos conscientes dos diversos atores e grupos sociais, surgidas como conseqüência da confrontação de interesses distintos e contraditórios. Antes que a um processo unilinear de câmbio, mais bem parece, pois, que o conceito de transição se adequaria à noção de multilinearidade, como resultado das intrincadas e complexas relações sociais que lhe são subjacentes (González de Molina e Sevilla Guzmán, 1993: 59-60).

Ademais da multilinearidade de seu desenvolvimento e evolução, a transição supõe também a noção de coexistência. A passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna pode resultar útil como exemplo: a modernização representou um processo de transição que, antes de generalizar-se de maneira homogênea, converteu-se, ao contrário, em fonte geradora de heterogeneidade e diferenciação social. A coexistência do tradicional e do moderno, inclusive no seio das atuais sociedades pós-industriais, mostra a pertinência de considerar-se a *transição* como processo social *multilinear* e *dinâmico*, onde a diferença e a coexistência estão presentes. “Seu êxito ou fracasso dependeria, em todo caso, do resultado de um conflito de interesses (...) que dinamiza processos de resistência, confrontação ou, finalmente, de adaptação” (González de Molina e Sevilla Guzmán, 1993: 60).

Creemos que estas breves notas sobre a *transição*, como conceito sociológico, podem ser adequadas para contextualizar teoricamente os câmbios que se produzem nos processos de transição agroecológica. Isto é, a *crise sócioambiental* exige, por uma parte, pensar globalmente sobre suas causas e efeitos, assim como sobre as formas de frear sua evolução. Por outra parte, sugere a necessidade de atuar a nível local e/ou comunitário, com a finalidade de ampliar os espaços para a emergência e viabilidade de formas alternativas de produção, gerando novos caminhos que conduzam à conformação de uma sociedade sustentável, desde os pontos de vista social, econômico e ambiental.

Quando se analisam os limites do modelo tecnológico herdado da Revolução Verde, e se examinam as propostas orientadas ao desenvolvimento sustentável, se evidencia que a transição a uma agricultura de base ecológica não é um processo unilinear, mas sim de múltiplas dimensões, o que reflete a própria complexidade da noção de sustentabilidade agrária, enquanto meta a ser alcançada a médio e longo prazos.

Sob esta perspectiva, o processo de transição agroecológica não pode ser compreendido a partir de apenas uma dimensão. Embora a dimensão econômica costume representar uma categoria fundamental nas análises teóricas e empíricas que tratam esta questão, aqui propomos a inclusão das dimensões social e ambiental, a fim de estabelecer um quadro teórico que permita a compreensão das razões e atitudes dos atores sociais que se envolvem em processos de câmbio tecnológico e em formas associativas dirigidas à construção e experimentação de estilos de agricultura de base ecológica.

### 3. A multidimensionalidade do processo de mudança

Um dos traços mais significativos do processo de introdução de práticas agrícolas mais respeitosas com o meio ambiente é o papel que desempenham as formas associativas, de tal modo que pode afirmar-se que a ação coletiva é um elemento fundamental para compreender-se a consolidação de novos estilos de agricultura. Este aspecto constitui uma das principais contribuições deste artigo, motivo pelo qual aqui se analisa a convergência entre o processo de transição agroecológica e os processos de ação coletiva na agricultura.

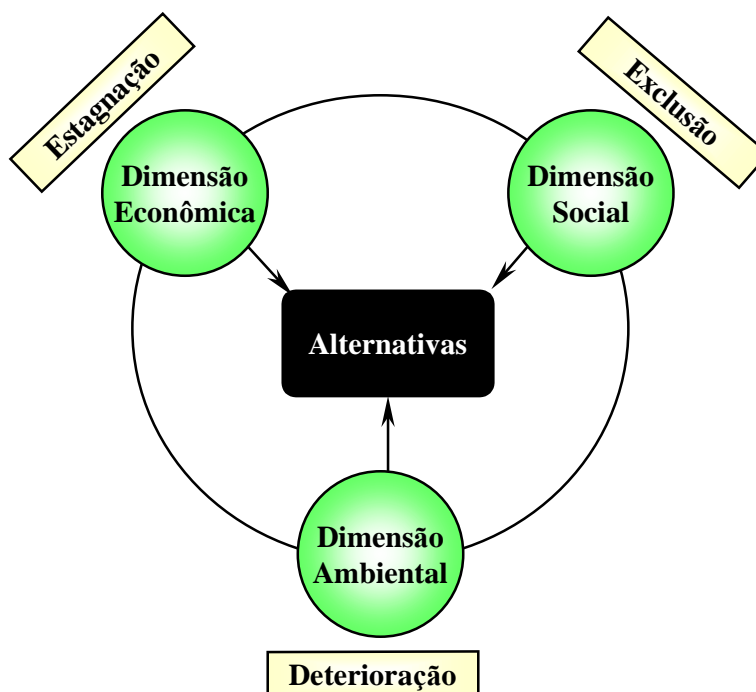
Nosso ponto de partida sustenta que o enfoque da unidimensionalidade –que enfatiza a dimensão econômica e que é tão freqüente nas explicações dos processos de câmbio na agricultura, enquanto atividade orientada ao mercado–, é insuficiente para dar conta da complexa e heterogênea realidade da agricultura enquanto espaço de produção e reprodução sociocultural, econômica e ambiental. Por isto, adotamos um enfoque *multidimensional* para referir-nos às dimensões econômica, social e ambiental, enfoque este que conformaria um marco teórico mais idôneo para compreender-se as razões que movem alguns segmentos da agricultura familiar a aderirem-se a processos de câmbio tecnológico e organizacional orientados a ecologização da agricultura. Sob esta ótica, adquire relevância uma visão mais ampla da agricultura não só como espaço de transações econômicas, mas também como cenário de atividades socioculturais, interações ecológicas e relações ambientais.

Nosso modelo explicativo (Diagrama 1) conjuga, portanto, as três dimensões básicas que estariam determinando a busca de alternativas por parte daqueles segmentos da agricultura familiar que se vêem gradualmente submetidos às pressões da estagnação econômica (dimensão econômica), da exclusão social (dimensão social) e da degradação do meio ambiente (dimensão ambiental).

Neste modelo, a transição agroecológica –enquanto processo social orientado à obtenção de níveis mais equilibrados de sustentabilidade, produtividade, estabilidade e equidade na atividade agrária, utilizando estilos mais respeitosos com o meio ambiente–supõe, pois, a consideração das três dimensões articuladas entre si, porém, em constante processo de adaptação e retroalimentação. Seus pontos de articulação funcionam umas

vezes favorecendo o estabelecimento de uma relação harmônica entre os propósitos e metas das distintas dimensões do processo em curso, e, outras vezes, como elementos de conflito entre elas. Por exemplo, embora a obtenção de melhores níveis de rentabilidade na agricultura possa ser valorada em termos positivos desde o ponto de vista econômico, seus resultados ecológicos serão opostos nos casos em que isto determinar novas agressões nos agroecossistemas. Além disso, tomando-se como referência apenas os supostos maximizadores implícitos na racionalidade produtiva dominante, objetivos como o respeito ao meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida podem resultar incompatíveis com o desejo de alcançar a máxima rentabilidade econômica da exploração agrícola (que provocaria, em conseqüência, novas formas de agressão ambiental e de deterioração das condições de vida nas comunidades rurais). Em qualquer caso, o processo de mudança estaria dirigido à busca de novos pontos de equilíbrio entre ditas dimensões, com o propósito de superar a crise enfrentada pelos agricultores. Esta crise pode ser percebida tanto sob o ponto de vista “econômico”, como “ecológico” ou “social”; “combinadas duas a duas”; ou “conjugadas as três ao mesmo tempo”.

**Diagrama 1 – As dimensões do processo de mudança**

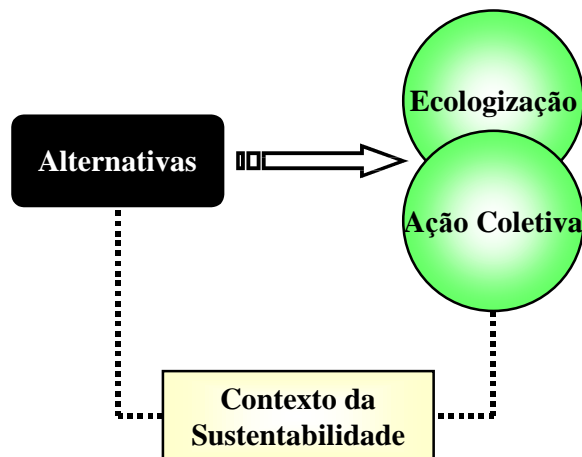


Entre as alternativas elegidas, que variarão segundo a percepção da crise e segundo as possibilidades e limitações que tenham os agricultores, em termos de recursos e apoio externo, poderia optar-se por estilos de agricultura de “base ecológica”, cujo suposto

implícito principal seria sua potencialidade para gerar maiores níveis de sustentabilidade mediante a ecologização das práticas agrárias. Porém, também, e como processo que se manifesta de modo quase paralelo ao anterior, poderiam desenvolver-se estratégias de ação coletiva, como forma de dinamizar e potencializar os recursos humanos, naturais e materiais existentes, possibilitando o avanço do processo de transição agroecológica e a consolidação de novas formas de agricultura sustentável.

Como se pode observar (Diagrama 2), este processo de transição agroecológica –que estaria se manifestando mediante a ecologização das práticas agrárias– e o processo de ação social coletiva –que estaria se caracterizando pela adesão de seus autores sociais a projetos coletivos baseados em seus interesses, expectativas, crenças e valores compartilhados–, poderiam representar, em seu conjunto, uma alternativa para superar a crise sócioambiental percebida pelos agricultores familiares.

**Diagrama 2 – A ecologização e a ação coletiva como processos complementares.**



O Quadro 1 representa uma síntese dos fundamentos básicos destes dois processos em relação às três dimensões consideradas básicas para explicar a adesão dos agricultores familiares à formas de agricultura de base ecológica. A efeitos analíticos, estas três dimensões podem ser tratadas como “tipos ideais”, no sentido weberiano, cujos elementos característicos são expostos a seguir. Vale lembrar que sua consideração de “tipos ideais” significa que são categorias analíticas de um certo nível de abstração teórica e que, na prática, nunca poderão ser encontradas de forma isolada, mas combinadas entre si.

**Quadro 1 - Fundamentos básicos da ecologização e da ação coletiva sob a perspectiva multidimensional.**

<i>Dimensões e Processos</i>	<b>Ecologização</b>	<b>Ação coletiva</b>
<b>Econômica</b> <i>Luta contra a estagnação e a marginalização econômica</i>	Incorporação e intensificação tecnológica via implementação de estilos alternativos de produção poupadores de capital energia.	Estratégias para incrementar e diversificar as rendas agrárias via organização da produção e conquista de novos mercados.
<b>Social</b> <i>Luta contra a exclusão social e a perda da qualidade de vida</i>	Incremento da qualidade de vida mediante a produção de alimentos saudáveis e a melhoria das condições de trabalho e de saúde.	Estratégias para a inclusão social e direito a participação cidadã na construção de alternativas orientadas às necessidades locais.
<b>Ambiental</b> <i>Luta contra a degradação ambiental e a perda da capacidade produtiva do agroecossistema</i>	Recuperação da capacidade produtiva dos agroecossistemas através da adoção de métodos e técnicas mais prudentes ecologicamente.	Estratégias para o intercâmbio de experiências e geração de conhecimentos aplicados ao aperfeiçoamento do processo produtivo.

- Uma **dimensão econômica**, determinada pela resistência dos pequenos agricultores e suas famílias à estagnação e marginalização econômica a que se vêem submetidos sob o avanço do processo de acumulação capitalista na agricultura, processo este seletivo e excludente e que gera um desenvolvimento desigual das oportunidades de participação e das “bondades” das tecnologias agrícolas intensivas em capital.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que a agricultura, como atividade econômica orientada ao mercado, está inserida em uma dinâmica que privilegia o uso de recursos naturais em direção à maximização de seu valor de troca, o que costuma dificultar ou impedir o uso planejado dos agroecossistemas, de maneira que pudessem atender a outros valores, orientados a preservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida ou equidade social. As contradições que se geram entre os objetivos econômicos e as necessidades de renovação agroecossistêmica põem em risco a manutenção dos níveis de produção de biomassa através do tempo, assim como sua distribuição equitativa intra e inter-geracional. Ou seja, a racionalidade instrumental –que se estabelece com base em supostos meramente economicistas– se sobrepõe à racionalidade substantiva, portadora de valores que vão mais além da mera apropriação da natureza como forma de acumulação de capital.

A dimensão econômica, pois, adquire notável relevância no momento de explicar a intensificação e incorporação tecnológica, já que os atores sociais envolvidos na lógica de

mercado são induzidos a maximizar seus benefícios econômicos como forma de manter-se no negócio. O *treadmill of technology* de Cochrane seria ilustrativo desta dinâmica de mudança tecnológica imposta aos agricultores desde a perspectiva econômica, uma dinâmica que não leva em conta se os processos produtivos são ou não são poupadores de recursos naturais, se deterioram ou não deterioram o meio ambiente, e se causam ou não causam desequilíbrios sociais e perda de qualidade de vida nas comunidades rurais.

Por outro lado, seria a percepção mesma das dificuldades econômicas e financeiras para seguir o ritmo marcado por estes avanços tecnológicos o que poderia explicar a opção por um “novo” padrão tecnológico por parte dos agricultores. No centro do *processo de ecologização*, desde a dimensão econômica, estaria, pois, a incorporação e intensificação tecnológica via adoção de estilos de produção agrícola poupadores de capital e energia, abrindo caminho, assim, para a implementação de uma agricultura de base ecológica.

Paralelamente ao processo de ecologização, se geraria um *processo de ação coletiva*, através do qual os atores sociais identificam seus interesses, necessidades e expectativas comuns a respeito do desenvolvimento das alternativas elegidas. Neste caso, a elaboração e colocação em prática de estratégias coletivas dirigidas ao incremento da renda agrária –via a organização da produção e conquista de mercados alternativos, por exemplo– constituiriam o fundamento principal da luta dos agricultores para superar a estagnação e a marginalização econômica a que estariam submetidos.

- Uma **dimensão social**, caracterizada pela resistência dos pequenos agricultores ante o processo de exclusão que experimentam sob o avanço do processo de acumulação capitalista na agricultura. Esta luta incluiria também a busca de melhores níveis de qualidade de vida e de trabalho, mediante a produção e consumo de alimentos mais saudáveis, o que comporta a eliminação do uso de insumos agrotóxicos no processo produtivo agrícola.

Com efeito, se consideramos que o patrimônio de recursos naturais existentes na biosfera (insumos energéticos, biodiversidade, solos, ar) está formado por bens públicos a disposição da humanidade para seu desenvolvimento e evolução, veremos que sua apropriação privada geram externalidades que passam a ser socialmente compartilhadas. Por uma parte, as externalidades negativas, tão comuns nessas transações econômico-



ecológicas, costumam incluir a contaminação do meio ambiente, a concentração da posse da terra, a perda da qualidade dos alimentos, a destruição das culturas locais e a exclusão sócioeconômica das camadas sociais menos favorecidas pelos padrões de produção e de consumo dominantes.

Por outra parte, as externalidades também incluiriam a perda de importância de valores substantivos (éticos, morais, culturais, estéticos, religiosos) capazes de contribuir para a conformação de novos padrões sustentáveis de relação homem-natureza na agricultura, não só como negócio, mas como espaço de reprodução sociocultural e relações ambientais. A tecnologia agrícola convencional, enquanto materialização da ciência que representa a racionalidade instrumental desde a ótica da acumulação de capital, passa a constituir, por um lado, uma fonte geradora de rendas para aqueles agricultores que reúnem as condições para a sua adoção, ao menos quando se consideram os resultados econômicos de curto prazo sem a devida consideração dos efeitos ecológicos e sociais de médio e longo prazos. Porém, por outro lado, essa mesma tecnologia também constitui uma fonte geradora de desigualdades sociais ao não ser acessível a uma grande massa de agricultores com menos recursos ou pouco motivados e preparados para inserir-se na *espiral tecnológica* com a velocidade e a dinâmica por esta exigidas.

Neste contexto, é a percepção mesma das externalidades e suas conseqüências negativas sobre as oportunidades de reprodução econômica e de participação social, assim como sobre a qualidade de vida e condições de trabalho destes agricultores, o que poderia gerar atitudes favoráveis a uma mudança em suas orientações tecnológicas e formas organizacionais. Pode-se assinalar, portanto, que determinados segmentos da agricultura familiar, menos integrados nos circuitos agro-industriais e comerciais e com menor nível de intensificação tecnológica no processo produtivo, poderão atribuir distintos valores a determinados bens e serviços proporcionados pela natureza, valores estes que não necessariamente estarão em concordância com a racionalidade instrumental que determina formas de uso e exploração dos recursos naturais e a incorporação tecnológica dominante nos processos produtivos agrícolas.

Efetivamente, o *processo de ecologização*, quando observado desde a dimensão social, pode ser explicado a partir de uma maior valorização, por parte dos agricultores, de certos benefícios materiais e não materiais, tais como a melhoria da saúde via produção e

consumo de alimentos isentos de contaminantes químicos, assim como a melhoria das condições de trabalho mediante a redução ou eliminação do uso de produtos agrotóxicos no processo produtivo. É um processo que pode oferecer, também, benefícios sociais mais amplos ao conjunto da sociedade, como seria a oferta destes produtos com maior qualidade biológica aos consumidores. É evidente que estas mudanças somente são possíveis com base em uma racionalidade substantiva e não instrumental por parte do agricultor, ao aceitar a utilização de alternativas tecnológicas que nem sempre são capazes de assegurar os mesmos níveis de produção e produtividade alcançados via o modelo agroquímico dominante, o que supõe assumir riscos econômicos na utilização de tais alternativas.

A dimensão social contempla, também, um *processo de ação coletiva* de caráter identitário. Através deste, os atores estabelecem relações de interesse comum no sentido de buscar o reconhecimento, a inclusão social e a construção de alternativas orientadas a resolução de seus próprios problemas. Como exemplo disso, estaria a conquista de oportunidades para expressar seus pontos de vista, desejos, crenças e expectativas em torno ao seu futuro como agricultor e cidadão. Em síntese, a satisfação e a realização pessoal, como ganho derivado da participação cidadã na discussão, planejamento e experimentação de alternativas (sejam de aplicação individual ou coletiva, sejam de natureza tecnológica ou organizacional), poderiam representar uma importante razão social para certos tipos de mudanças por parte dos agricultores.

- Uma *dimensão ambiental*, representada pela luta dos atores locais contra a degradação do meio ambiente, assim como contra a perda da capacidade produtiva dos ecossistemas utilizados para fins agrícolas. É necessário levar em conta que, desde uma perspectiva ambiental, a agricultura familiar –enquanto atividade de natureza sócio-ecológica– supõe também a mobilização de uma maior diversidade de recursos naturais e humanos, promovendo e abrindo espaço para um maior protagonismo e participação de seus atores locais na geração de alternativas e na busca de soluções tecnológicas e organizacionais com base nas necessidades, capacidades, potencialidades e limitações humanas, materiais e naturais.

No centro da dimensão ambiental, e sob a perspectiva do *processo de ecologização*, estaria o objetivo de recuperar e manter a capacidade produtiva dos agroecossistemas, através da adoção de métodos, técnicas e processos de produção ecologicamente mais

prudentes. Seu fundamento seria a opção por um novo estilo de agricultura, onde sua “base ecológica” destaca-se como suposto inicial e necessário para o alcance de maiores níveis de sustentabilidade. A artificialização agroecossistêmica, baseada em insumos químicos de origem industrial, passa a ser substituída pela noção de potencialização do uso de recursos localmente existentes, numa nova conjugação e combinação de insumos e produtos na agricultura. Isto também supõe a necessidade de novos conhecimentos e experiências aplicadas a ecossistemas específicos.

Sob a perspectiva do *processo de ação coletiva*, as ações concertadas pelos atores locais, para o manejo ecológico dos recursos naturais, poderão ser entendidas como uma estratégia de enfrentar as atuais tendências à homogeneização e centralização produtiva, buscando, a partir disso, um novo ponto de equilíbrio ambiental mediante a ampliação das possibilidades de participação nos âmbitos local e regional. Entre as estratégias elegidas, se destacariam as ações coletivas para fortalecer o processo de intercâmbio de experiências de natureza ecológico-ambiental entre os agricultores e entre estes e os agentes mediadores do processo de câmbio tecnológico e organizacional.

Assim, sob a perspectiva do manejo sustentável dos recursos naturais, os atores sociais estariam envolvidos em uma nova dinâmica –agora de caráter participativo– orientada para a geração e a construção social de conhecimentos e tecnologias, cujo fundamento seria o próprio aperfeiçoamento do processo de produção agrícola com base ecológica. Dito de outro modo, a produção e socialização de informações e conhecimentos se apresentariam como elementos com potencialidade para apoiar o desenvolvimento do processo de ecologização da agricultura, isto é, para a recuperação e manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema, agora com base em uma orientação de natureza ecológica.

#### **4. A ação coletiva como “motor” da transição agroecológica**

As análises do material empírico realizadas em nossa investigação mostram que, antes que um processo autônomo, endógeno ou espontâneo, a transição agroecológica supõe, primeiramente, a adesão dos agricultores às propostas de extensionistas rurais do serviço público ou de outras instituições vinculadas ao meio rural (no caso do Rio Grande do Sul, o papel exercido por algumas ONGs neste sentido tem sido muito importante),

gerando expectativas e originando experiências dirigidas a colocação em prática de métodos, técnicas ou estilos de produção agrícola que se afastam do padrão tecnológico dominante. Embora estas manifestações de adesão nem sempre se dêem a partir de estruturas organizacionais consolidadas, costumam estar acompanhadas de interação social, onde a intervenção de líderes de opinião também sofre um primeiro processo de filtração por parte dos atores sociais submetidos a dita intervenção.

Em um segundo momento, a partir das análises e diagnósticos sobre as possibilidades e limites para o desenvolvimento das propostas dirigidas às mudanças nas estratégias tecnológicas e produtivas, a *dispersão* dos agricultores –enquanto atores sociais envolvidos em uma atividade atomizada, como é a agricultura– tende a ser substituída pela idéia de *agrupação*, enquanto estratégia para apoiar atividades e ações fundamentais, porém nem sempre alcançáveis pela atuação individualizada dos atores sociais.

Nosso argumento é que, se bem o começo da transição agroecológica dependa muito mais de ações isoladas de indivíduos com atitudes favoráveis ao câmbio, sua consolidação como processo de ecologização gera, paralelamente, novos desafios e incertezas sobre suas conseqüências e resultados futuros, originando, a partir disso, a necessidade e a pertinência de abordar-se de forma coletiva os novos desafios que se estabelecem. A ação coletiva e as estratégias associativas não são apenas resultados deste processo, mas incidem e afetam o seu desenvolvimento e evolução. As ações sociais coletivas são, pois, ao mesmo tempo, o resultado e a causa do processo de transição em direção a conformação de estilos de agricultura de base ecológica.

Dito em outras palavras, os agricultores que se aderem às propostas de agricultura com base ecológica se vêem na necessidade de articular seus interesses particulares mediante estratégias de ação coletiva. Estas ações de tipo coletivo incidem –dependendo de seu êxito e da capacidade dos *empresários políticos*– na própria determinação dos agricultores de aperfeiçoar seu trabalho e buscar os instrumentos e apoios para seguir em frente com seus projetos de ecologização da práticas agrícolas. O processo de ação social coletiva se transforma, assim, de “*conseqüência*” a “*motor*” do processo de transição agroecológica, dependendo de seu êxito o alcance de resultados econômicos, sociais e ambientais que assegurem a continuidade do processo de mudança.

Do exposto até aqui, é preciso reter que, em determinadas circunstâncias sócioeconômicas e ambientais, estes dois processos –a ecologização e a ação coletiva– podem resultar em uma interação positiva e necessária para orientar a busca e a construção de uma alternativa superadora da atual crise sócioambiental na agricultura. Esta crise, percebida em diferentes graus de intensidade e desde diversas perspectivas pelos atores sociais por ela afetados, estaria proporcionando o fermento para a elaboração de novas estratégias por parte dos agricultores familiares, cujos objetivos estão orientados a assegurar maiores graus de autonomia a respeito do processo produtivo; diversificar e ampliar as rendas agrárias; oferecer a possibilidade de participar na geração e socialização de tecnologias e conhecimentos; aumentar a qualidade de vida e melhorar as condições de trabalho; e recuperar e preservar os recursos do meio ambiente, como forma de ampliar seus espaços de produção e reprodução social e econômica desde uma perspectiva de gestão sustentável dos agroecossistemas.

Em qualquer caso, a interação entre os processos de ecologização e de ação social coletiva expressaria a busca e o desejo de construção de uma alternativa tecnológica e organizacional capaz de superar a mencionada crise sócioambiental que afeta e põe em risco a continuidade da reprodução sócioeconômica daqueles segmentos da agricultura familiar que não querem, ou já não podem, seguir ou ingressar no processo de modernização agrária segundo o padrão convencional de intensificação tecnológica.

## **5. Bibliografía citada**

- COSTABEBER, J. A. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba, 1998. 422p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.
- GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. Ecología, campesinado e historia. Para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (ed.): *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 23-129.